

A crise atual, a conjuntura político-econômica e os direitos sociais

M. R. CHAVES

Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Cruzeiro do Sul. Bacharel e Licenciado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP (1989). Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro e pós graduado em Política e Relações Internacionais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Diretor de Planejamento Institucional do Centro Universitário Ítalo Brasileiro. São Paulo, SP, Brasil

E-mail: marcial.chaves@uniitalo.it

COMO CITAR O ARTIGO:

CHAVES, M. R. A crise atual, a conjuntura político-econômica e os direitos sociais. URL: www.italo.com.br/portal/cepesq/revista_eletronica.html. São Paulo SP, v.6, n.1, p. 85-101, jan/2016.

RESUMO

O presente artigo procura analisar a atual crise econômica e política que o país está a atravessar desde o início do ano de 2015 levando em consideração os aspectos conjunturais. Destaca-se a situação política a partir da análise da crise de governabilidade enfrentada pelo governo federal, bem como das escolhas econômicas feitas ao longo dos governos que se sucederam nos últimos doze anos, além de ressaltar o papel dos meios de comunicação e sua maneira de reportar o debate, como, também, o impacto do ajuste fiscal que se pretende, sobre os direitos sociais.

Palavras-chave: crise política , crise econômica, direitos sociais, conjuntura político-econômica

ABSTRACT

This article analyzes the current economic and political crisis that the country is going through since the beginning of the year 2015 taking into account the cyclical aspects. There is the political situation based on the analysis of the governability crisis faced by the federal government as well as the economic choices made over the governments that followed the last twelve years, in addition to emphasizing the role of the media and their way of report the debate, beyond the impact of the fiscal adjustment which is intended, on social rights.

Keywords: political crisis, economic crisis, social rights, political and economic conditions

1 INTRODUÇÃO

Conjuntura pode ser definida como conjunto de determinados acontecimentos que ocorrem num dado momento em que se associam elementos que são capazes de deflagrar alguma coisa. A crise pela qual passa o Brasil nos dias que correm é conjuntural, contudo, qualquer que seja a leitura que se faça do atual momento constata-se que é um quadro conjuntural de profunda gravidade.

O componente político mais proeminente é, em larga medida, decorrente do solapamento sofrido pela chamada esquerda que governa o país desde 2003. Desgaste este, que se aprofundou tragicamente com a torrente de escândalos que se sucedem numa velocidade estonteante a partir da frenética divulgação dos resultados das investigações levadas a cabo pela operação *lava jato* que transcorre sob a égide da Polícia Federal.

As agressões desferidas entre os candidatos no tempo de televisão concedido aos partidos e nos debates que ocorreram durante a campanha eleitoral para presidente da república em 2014, deram-se em tom agressivo, muito além do que já se havia visto desde a redemocratização gerando o um rescaldo que contribuiu para acirrar os ânimos, que desaguaram em manifestações de ruas que abasteceram os noticiários e todos os demais observadores que não se furtaram em fazer suas análises dos fatos e das versões advindas do calor do jogo que se estabeleceu e que confluiu para um quadro de instabilidades com aspectos particulares como não se via há tempos.

O catastrófico estado das contas públicas (que é explorado a exaustão pelos meios de comunicação) e a insistência do executivo em esboçar reações pífias que só faz aumentar seu desgaste em tempos de

popularidade presidencial abaixo dos 10% e de aceitação pela Câmara dos Deputados da análise do processo de *impeachment* da atual mandatária máxima da nação, dão contornos ainda mais dramáticos a crise que aí está.

Numa situação de tamanha fragilidade política da chefe do executivo os algozes mais virulentos vêm da própria base aliada que se esmera na arte de sabotar de forma explícita e sistemática aquela que deveria ser a principal figura da coalizão que os abriga a todos. O fisiologismo destes grupos políticos, entretanto, além de não conhecer limite de nenhuma ordem, está a mostrar-se como a mais perfeita tradução daquilo que Milton Santos¹ denominou de democracia de mercado² e cada um dos grupos que compõe a miríade de forças políticas da famigerada base aliada agem como se disputassem entre si um concurso cujo objetivo é consagrar aquele que encontrar a maneira mais ardilosa de sabotar a chefe de Estado e de governo, que no entender da grande mídia já está a agonizar em praça pública.

2 A CONJUNTURA POLÍTICO-ECONÔMICA

O mais precioso combustível para os que garimpam na crise é que ela tem a extraordinária capacidade de combinar o extremo enfraquecimento da presidente com a total ruína da sua gestão

¹ Milton Santos, célebre geógrafo e intelectual brasileiro, abordou a globalização nos seus últimos livros. Ele mencionou seus aspectos econômicos, e analisou o papel desempenhado pelas empresas na internacionalização do capital, e também os fluxos financeiros e o impacto que estes causam na política e na cultura local.

² Segundo Santos (2000) para realização da globalização foi preciso inventar a *democracia de mercado*, que é uma negação da política, na medida em que a política supõe uma universalidade de objetivos, a política é sempre totalizante, enquanto que a democracia de mercado que a substitui hoje, é de tal maneira comandada pela força dos agentes econômicos, que acaba por impedir a realização prática do exercício da política.

econômica. Segundo Mansueto Almeida³, a expansão da dívida pública por meio da contratação de vultuosos empréstimos com os quais o governo abasteceu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que este, os repassasse para bancos públicos que, por seu turno, os despejou nos cofres de empresas privadas a juros ínfimos, acabou por se tornar um dos exemplos mais emblemático das escolhas erráticas do governo. O especialista em finanças públicas enumera como os principais elementos da crise: a recessão, a disparada do dólar, a queda do salário real, o aumento da taxa de desemprego, a pressão inflacionária e o aumento dos juros.

Almeida (2015) que se define como um economista de esquerda tece considerações acerca da inevitabilidade do ajuste fiscal que ele estima que deva perdurar por pelo menos uma década, muito mais tempo do que preconiza o governo.

Na visão de Almeida (2015), o Brasil é o exemplo de um país que envelheceu antes de ser desenvolvido o que, segundo sua análise, não oferece caminho que não seja o das reformas, notadamente a da previdência em decorrência daquilo que se tornou a nossa estrutura demográfica.

Certamente, ocorreu um severo descontrole dos gastos públicos a partir de 2009. Para além dos problemas de curto prazo, porém, existe um desequilíbrio estrutural. Desde 1991, a despesa pública tem crescido a uma taxa maior do que a renda nacional. Diversas normas

³ Mansueto Facundo de Almeida Jr é formado em economia pela Univ. Federal do Ceará, Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) É Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA, tendo assumido os seguintes cargos em Brasília: coordenador-geral de Política Monetária e Financeira na Secretaria de Política Econômica no Min. da Fazenda (1995-1997), assessor da Comissão de Desenvolvimento Regional e de Turismo do Senado Federal (2005-2006) e Assessor Econômico do Senador Tasso Jereissati. É funcionário de carreira do IPEA em Brasília

legais que regulam as políticas públicas, da concessão de benefícios, como no caso da previdência, aos recursos alocados a áreas específicas, como saúde e educação, têm resultado no progressivo aumento dos gastos públicos maior do que o crescimento da economia (ALMEIDA, 2015,p.1)

Nessa lógica, pelo fato de haver um elevado percentual de indexação dos gastos do governo que estão fortemente ancorados na taxa de crescimento do PIB, ainda que se cresça a uma média de 4% ao ano, não há como equacionar essa questão sem a referida reforma, pois segundo esse pensamento a única via, fora da reforma anunciada, é o aumento da carga tributária.

A elevação da carga tributária, por sua vez, faz parte das estratégias do governo para sobreviver aos açoites que o fustigam a cada dia, contudo, com popularidade de apenas um dígito conseguir apoio num congresso conflagrado, para aprovação de medida tão impopular é de fato algo que, conjunturalmente, esta a residir mesmo, apenas, no campo das hipóteses.

Em que pese o fato de o governo do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff estar apenas no seu início, este já se acostumou, a viver a cada dia a sua agonia. Quando a última reforma ministerial que foi feita no início de outubro de 2015 para aplacar o ensandecido apetite da base por cargos, o Tribunal de Contas da União - TCU⁴ rejeita as contas do executivo referente ao exercício de 2014. O governo por sua vez, apressou-se em questionar a legitimidade e a lisura do trabalho do Ministro relator, com isso terminou por atribuir

⁴ O Tribunal de Contas da União (TCU) é a instituição brasileira prevista na Constituição Federal para exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e administração indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas

maior visibilidade ao fato e aprofundar ainda mais uma crise que quando se imaginava que ia arrefecer um pouco, dobrou de tamanho.

O lulopetismo⁵, procurou perpetuar um projeto de poder em que o partido valeu-se da figura e do carisma do ex-presidente para sustentar, ocorre que nesses tempos bicudos, a própria figura do ex-presidente vem sofrendo um severo desgaste, que era inimaginável há pouco tempo atrás. Os seus correligionários se queixam de que as constantes denúncias que têm vindo à tona fazem parte de um plano orquestrado para macular a imagem do outrora reverenciado líder que saiu de uma pequena e pobre cidade do nordeste brasileiro para guiar seu povo à terra prometida. Não se pode, entretanto, deixar de considerar que a Polícia Federal é subordinada ao Ministério da Justiça cujo titular é um dos políticos mais emblemáticos do partido do ex-presidente Lula e que as operações deflagradas pela PF, assim como papel desempenhado pelo Ministério Público Federal⁶ têm o apoio maciço da população, esse

⁵ Em entrevista ao jornal O Globo, no dia 05/09/2015, o ex presidente FHC, de forma inteligente definiu o Lulopetismo como sendo "a idéia da hegemonia do partido, de que o partido domina o Estado e o Estado muda a sociedade", afirmando, ao final da resposta, que "essa é a trajetória que o PT tentou imprimir".

⁶ O Ministério Público Federal (MPF) do Brasil faz parte do Ministério Público da União (MPU), que também é composto pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério Público Militar e pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Juntos, o MPU e os Ministérios Públicos Estaduais formam o Ministério Público do Brasil. O Chefe da instituição é o Procurador-Geral da República. As atribuições e os instrumentos de atuação do Ministério Público estão previstos no artigo 129 da Constituição Federal, dentro do capítulo "Das funções essenciais à Justiça". As funções e atribuições do MPU estão na Lei Complementar nº 75/93. O Ministério Público, possui autonomia na estrutura do Estado, não pertencendo a qualquer dos três Poderes. Tem a garantia constitucional de não ser extinto nem ter suas atribuições repassadas a outras instituições. Esta autonomia inclui orçamento próprio, gestão própria e autonomia funcional. Os procuradores e promotores têm a independência funcional assegurada pela Constituição. Assim, estão subordinados a um chefe apenas em termos administrativos, mas cada membro é livre para atuar segundo sua consciência e suas convicções, baseado na lei. Os procuradores e promotores podem tanto defender os cidadãos contra eventuais abusos e omissões do Poder Público quanto defender o patrimônio público contra ataques de particulares de má-fé. Cabe ao Ministério Unifalco em Pesquisa, São Paulo SP, v.6, n.1 janeiro 2016

apoio deve-se, em larga medida, ao fato de, operações como a *lava jato* trazerem na sua esteira a ideia de que, a despeito de todo o mar de lama em que o mundo político está naufragado, as instituições estão cumprindo seu papel.

Um outro aspecto importante da crise é a capacidade de mobilização que ela tem exercido junto à população. Num mundo em que as redes sociais assumem um papel de ferramenta que consegue levar as ruas centenas de milhares de pessoas, assistimos de forma concomitante os meios de comunicação tradicionais insistirem em fazer o debate nos moldes de sempre.

Ao tratar da necessidade do ajuste fiscal para atenuar a crise, os meios de comunicação procuram levar os fatos à população de tal forma, como se discutir a economia fosse uma coisa circunscrita ao mundo dos negócios. Discute-se *business*, e ignora-se solenemente os grandes problemas nacionais que são partes indissociáveis da discussão econômica.

Há que se considerar que o Brasil, em sua trajetória recente, tem acumulado uma série de problemas estruturais de extrema gravidade

Público Federal defender os direitos sociais e individuais indisponíveis (direito à vida, dignidade, liberdade, etc.) dos cidadãos perante o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os tribunais regionais federais, os juízes federais e juízes eleitorais. O MPF atua nos casos federais, regulamentados pela Constituição e pelas leis federais, sempre que a questão envolver interesse público, seja em virtude das partes ou do assunto tratado. Também cabe ao MPF fiscalizar o cumprimento das leis editadas no país e daquelas decorrentes de tratados internacionais assinados pelo Brasil. Além disso, o Ministério Público Federal atua como guardião da democracia, assegurando o respeito aos princípios e normas que garantem a participação popular.

para ficarmos só em quatro exemplos, não podemos nunca excluir do debate o fato de termos um sistema de educação que não ensina, o IDEB⁷, indicador criado para aferir as competências e as habilidades adquiridas pelos estudantes têm, invariavelmente, colhido resultados pífios.

O país vem passando por um intenso e perverso processo de desindustrialização⁸, segundo especialistas a participação da indústria no PIB⁹ nesse momento da crise é semelhante ao que este representava na primeira metade da década de 1940. Um terceiro grave problema estrutural é a reprimarização¹⁰ da pauta de exportações do

⁷ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

⁸ A desindustrialização refere-se a uma perda de participação da indústria na produção total do país. Outro conceito, mais restrito, trata da redução persistente da quantidade de vagas na indústria como proporção do emprego total. Alguns economistas apontam o fenômeno como resultado da valorização da moeda brasileira. O Real forte permite importar mais bens e torna nossos produtos mais caros para os estrangeiros, ou seja, tende a favorecer importações e prejudicar exportações. O setor industrial realmente registra déficits, mais importações do que exportações, desde 2008.

⁹ PIB é a sigla para Produto Interno Bruto, e representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. Na contagem do PIB, considera-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo intermediários.

¹⁰ Reprimarização da pauta de exportações significa que o país chega ao início do século XXI apresentando baixa competitividade na indústria de transformação e inserção internacional fundamentalmente baseada em *commodities* agrícolas e minerais e em semimanufaturados

país. Esse movimento de regressão qualitativa da inserção do Brasil no comércio internacional tem bases endógenas, mas se apresenta também, como forte fator de agravamento da atual crise.

Dentre os quatro problemas estruturais que aqui estamos a mencionar, o quarto talvez seja aquele que mais é ignorado no debate que tem sido feito pelos meios de comunicação. Trata-se da enorme massa de pobres que vivem na periferias das metrópoles sem nenhuma perspectiva. Nessa massa cada um reflete em si o território em que vive, parafraseando a velha máxima chegaríamos em algo como: 'diga-me onde moras e eu te direi quem és'. Tais territórios se constituem em espaços que são absolutamente excluídos do chamado debate econômico.

Todos estes fatos se agravam enormemente quando as soluções pensadas (e que são aceitas e, de certa forma, encampadas pelos meios de comunicação) para a atual crise, aponta para um ajuste fiscal inevitável, que se guiará pela redução dos gastos públicos, sobretudo aqueles que são destinados para a seguridade social.

A seguridade social tal como esta estruturada no Brasil de hoje é uma decorrência da promulgação da Constituição de 1988, e por incluir a previdência além de outras modalidades de benefícios como o seguro desemprego, o auxílio doença, a licença maternidade e etc., é visto como um sistema caro que sobrecarrega o orçamento do governo e que, portanto precisa ser revisto.

Fazer a revisão dessas conquistas num momento em que a esquerda está desmoralizada e as forças conservadoras estão a dar as cartas, numa posição de controle e de comando, é no mínimo

preocupante. Daí o fato de o ajuste fiscal proposto ser alvo de tantas controvérsias.

Aqueles que não fazem coro ao discurso do economicismo reinante apontam ser necessário que qualquer ajuste que venha a ser feito tem de trazer no seu bojo a capacidade de convencer a sociedade de que a sua implantação tem de conduzir a um caminho que leve em conta a necessidade premente de equacionar também os demais problemas nacionais dos quais, quatro foram aqui, mencionados.

Entendemos que a Economia é uma ciência social e como tal está a disposição da sociedade para apresentar caminhos para solução de seus problemas de modo a contribuir para a evolução dessa mesma sociedade. Todavia, quando o debate econômico, fica circunscrito a discussão apenas de temas afeitos ao mundo dos negócios e dos ativos que os investidores têm em cada lugar, em cada país, há um prejuízo irreparável. Não se trata de negar que o mundo do *business* tenha sua lógica e sua importância, porém, é necessário, nesse contexto, que ele faça parte de uma lógica maior que englobe os demais setores da vida nacional.

3 A CRISE E OS DIREITOS SOCIAIS

Entendemos que os direitos sociais têm por finalidade permitir que as pessoas disponham de serviços que garantam uma mínima qualidade de vida. Nessa perspectiva não se pode dissociar os direitos sociais do trabalho. O trabalho, tem sido continuamente associado ao conceito de custo e afastado da ideia de que ele se constitui num valor.

Para isso contribuíram as recentes transformações no mundo do trabalho implantadas a partir do neoliberalismo¹¹.

A precarização do status do trabalho nos tempos que correm é também, uma das razões que levam a mídia a organizar o debate sobre a crise, excluindo do mesmo os trabalhadores, os desempregados e toda a massa de pobres que é insistentemente colocada fora da discussão a não ser quando é para ameaçar os seus direitos.

Os direitos sociais são uma grande conquista dos trabalhadores no século XX, que, embora tenham repercutido com mais notoriedade em tal momento, fazem parte de um processo de longo prazo e que exige alto investimento. Para proporcionar uma vida digna ao cidadão ou, como diz T. H. Marshall, permitir que ele tenha uma vida de ser civilizado, o Estado deve garantir o direito à vida, o direito à igualdade, o direito à educação, o direito de imigração e emigração e o direito de associação. A atual Constituição Brasileira, de 1988, por exemplo, estabelece que são direitos sociais o acesso à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social e a proteção à maternidade, à infância e aos desamparados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹¹o neoliberalismo é definido como um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. De acordo com esta doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Os críticos ao sistema afirmam que a economia neoliberal só beneficia as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais. Os países pobres ou em processo de desenvolvimento (Brasil, por exemplo) sofrem com os resultados de uma política neoliberal. Nestes países, são apontadas como causas do neoliberalismo: desemprego, baixos salários, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional. Os defensores do neoliberalismo acreditam que este sistema é capaz de proporcionar o desenvolvimento econômico e social de um país. Defendem que o neoliberalismo deixa a economia mais competitiva, proporciona o desenvolvimento tecnológico e, através da livre concorrência, faz os preços e a inflação caírem.

Assim depreendemos que a partir dos debates levado a público pelos meios de comunicação sobre a atual crise, há uma clara exclusão dos trabalhadores, das massas de pobres e do papel e da importância dos direitos sociais. Ainda que se escancare de forma nunca vista os desmandos dos políticos, a corrupção institucionalizada, o descolamento da classe política daqueles que os elegeram, observa-se paralelamente a tudo isso, um fortalecimento incomum de um pensamento retrógrado, marcado pelo conservadorismo político¹² que, dentre outras coisas, enxerga o trabalho como um custo e não como um valor, e ao fazer isto direciona a guilhotina dos gastos públicos sobre o sistema de seguridade social, ameaçando de forma açodada conquistas históricas, fruto de muitas lutas e de muitos anos de espera.

O Direito Social, de fato, é fortemente relacionado com o século XX muito em função dos impactos do marxismo e do socialismo. Essas correntes ideológicas incentivaram movimentos sociais no mundo ocidental criando um cenário no qual os trabalhadores buscavam por seus direitos questionando as questões da divisão do trabalho e do capital. O Estado reagiu ao chamado movimento operário do século XX

¹² Conservadorismo político é um termo usado para descrever posições político-filosófico, alinhadas com o tradicionalismo e a transformação gradual, que em geral se contrapõem a mudanças abruptas (cuja expressão máxima é o conceito de revolução) de determinado marco econômico e político-institucional ou no sistema de crenças, usos e costumes de uma sociedade. O conservadorismo é uma corrente de pensamento político surgida na Inglaterra, no final do século XVIII, pelo político *Whig* Edmund Burke, como uma reação à Revolução Francesa, cujas utopias resultaram imediatamente em instabilidade política e crise social na França. O pensamento conservador expandiu-se pelo mundo principalmente após o período do Terror jacobino, que, durante o auge da Revolução, causou a morte de 35 mil a 40 mil pessoas. O termo "conservador" denota a adesão a princípios e valores atemporais, que devem ser conservados a despeito de toda mudança histórica, quando mais não seja porque somente neles e por eles a História adquire uma forma inteligível. Por exemplo, a noção de uma ordem divina do cosmos ou a de uma natureza humana universal e permanente. Para os conservadores, as melhores instituições sociais e políticas não são aquelas que são inventadas pela razão humana (como defende o chamado racionalismo político), mas sim as que resultam de um lento processo de crescimento e evolução ao longo do tempo (como a não-escrita constituição inglesa face às Constituições promulgadas pelos revolucionários franceses)

ofertando proteção social. Mas pesquisas atuais estão demonstrando que a população, antes disso, já se organizava autonomamente em associações para o preenchimento de tais lacunas. Foi prática muito comum nas décadas finais do século XIX e na primeira metade do século XX a participação dos trabalhadores em associações de caráter mutualista, as quais eram provedoras de certas seguridades sociais em um cenário deficiente de políticas públicas por parte do Estado. As mutuais proporcionavam, em geral, assistência em caso de doenças, acidentes, aposentadoria e falecimento, concedendo, neste caso, pensão à família, além de educação, amparo jurídico e ambientes de lazer. Sendo assim, tais instituições eram provedoras de elementos que viriam a fazer parte dos Direitos Sociais que o Estado tentaria garantir. Não só o movimento operário tido como de resistência, ou seja, o sindicalismo, mas o movimento mais ameno, que é o mutualismo, influenciaram para que o poder público assumisse uma posição mais presente no que diz respeito à concessão de Direitos Sociais (GASPARETTO JR, 2010 p. 65).

De tal forma, que o presente texto procura se alinhar aos demais esforços de jornalistas, acadêmicos e todos os que pensam o país, nesse momento de profunda gravidade, de buscar discutir a crise como forma de encontrar caminhos que leve os que detêm os meios de comando a não continuar a fazer mais do mesmo, sob risco de a 'solução' vir mais uma vez impregnada de sacrifícios àqueles que já estão a pagar um preço que beira o insuportável desde os primórdios da história do país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. O ajuste inevitável. Disponível em: https://mansueto.files.wordpress.com/2015/07/o-ajuste-inevitc3a1vel-vf_2.pdf Acesso em 01.out.2015

ALMEIDA, M. O Plano que naufragou. Disponível em: <http://itv.org.br/biblioteca/artigos/o-plano-que-naufragou-por-mansueto-almeida/> Acesso em 01.out.2015

COUTINHO, J. P. **As ideias conservadoras.** São Paulo: Três estrelas, 2013

GASPARETTO JR, A. Associações de Socorro Mútuo: estratégias dos trabalhadores imigrantes na Primeira República. In: **Anais do Seminário Cultura e Política na Primeira República**, 2010, Ilhéus.
MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

NEGRÃO, J. J. **Para Conhecer o Neoliberalismo.** São Paulo: Publisher, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização – do pensamento único a consciência universal.** São Paulo: Record, 2000.

SEABRA, L. O que é desindustrialização. Disponível em: <https://economiaclara.wordpress.com/2010/08/25/desind/> Acesso em 01.out.2015